

## **O DESEMPREGO NO BRASIL DE 2012 A 2017: UM ESTUDO REGIONAL SOBRE OS DETERMINANTES SOCIODEMOGRÁFICOS<sup>1</sup>**

Victor de Paula Silva, Graduando em Ciências Econômicas da Universidade Federal de São João Del Rei – E-mail: victor.depaula@live.com

Daniela Almeida Raposo Torres - Professora Associada do Departamento de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Planejamento e Território, Universidade Federal de São João Del Rei – E-mail: daniraposo@ufsj.edu.br

Aline Cristina da Cruz - Professora Associada do Departamento de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Planejamento e Território, Universidade Federal de São João del Rei -E-mail: alinecruz@ufsj.edu.br

**RESUMO:** Este artigo avalia a evolução recente do desemprego no Brasil, a partir da análise de decomposição da taxa de desemprego, com base em fatores sociodemográficos e regionais, para 2012 a 2017. A partir de Análise Estatística Descritiva dos microdados da PNAD, observa-se que mulheres, pretos e pardos, com escolaridade média e jovens, residentes nas regiões urbanas não metropolitanas continuam sendo mais afetados pela desocupação em relação aos demais grupos da PEA.

**Palavras-chave:** Desemprego; Mercado de Trabalho; Fatores sociodemográficos; Fatores regionais.

**Área temática:** Teoria Econômica e Economia Aplicada.

---

<sup>1</sup>Os autores gostariam de agradecer à Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG) pelo suporte à pesquisa apresentada nesse artigo. No entanto, todos os pontos de vistas expressos aqui correspondem ao pensamento dos autores e não (necessariamente) refletem os da FAPEMIG.

## 1. INTRODUÇÃO

A dinâmica do mercado de trabalho brasileiro vem passando por constantes mudanças, desde 2013, com redução da oferta de emprego formal, aumento da taxa de desemprego, crescimento da informalidade, afrouxamento das leis de trabalho, além do produto nacional em baixo ritmo de crescimento. Entre os anos de 2002 a 2012, observou-se queda abrupta da taxa de desemprego nacional (BARBOSA FILHO; PESSÔA, 2012), com diminuição superior a 48% (IBGE<sup>2</sup>, 2015). O desemprego havia se reduzido a níveis jamais vistos no país, em meados de 2013 (6,2% no quarto trimestre, a menor taxa da série), o que tem recrudescido fortemente a partir do início de 2015, dado o contexto de crise socioeconômica.

Proni (2015) destaca a relação direta entre flutuações da atividade econômica e oscilações na taxa de desemprego, enquanto que Pochmann (2016) enfatiza que o Brasil já teve, no período 1981-1983 e na segunda década dos anos noventa, grandes alterações na estrutura da economia nacional, causados pela presença de recessão econômica, afetando diretamente a taxa de desemprego, cujo comportamento é crescente desde o final de 2014. Sicsú (2018) caracteriza as crises a partir de resultados chave: quedas acentuadas do produto nacional e do emprego, além da insuficiência de demanda prolongada. No caso brasileiro, essa não foi apenas uma crise, como em outros países, mas uma depressão resultante de mudanças na política econômica, escândalos de corrupção, entre outros fatores.

Simões, Alves e Silva (2016), apontam, de 2000 a 2013, crescimento tanto do emprego, quanto da renda, com exceção para 2009, em decorrência da crise financeira internacional que interrompe momentaneamente a trajetória de melhora do cenário econômico. Entretanto, a partir de 2014, há um ponto de inflexão da economia brasileira, a qual perde dinamismo no biênio 2015-2016, anos mais críticos da forte recessão que ainda perdura. Pochmann (2016) concorda que 2015 é um ponto de inflexão para o Brasil, e um dos períodos mais graves para o país nas últimas três décadas, dada a retomada de crescimento do desemprego, o qual mostrou-se heterogêneo quanto aos seus efeitos aos trabalhadores brasileiros, sendo mais danoso para grupos específicos. Nesse biênio, houve redução abrupta da economia superior a 4,0%. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no Brasil, a taxa de desocupação aumentou de 6,9%, no primeiro trimestre 2012, para 11,6%, no quarto trimestre de 2018. Já o Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes registrou crescimento de 1,9%, em 2012, caindo para 1,1%, em 2018, segundo Indicador de Contas Nacionais Trimestrais (IBGE, 2019).

A partir do Relatório Focus<sup>3</sup> (2019) e a Ata do Comitê de Política Monetária<sup>4</sup> (COPOM), do Banco Central do Brasil (BCB) o que se observa é um cenário de constante redução da expectativa de mercado quanto ao crescimento da economia em 2019, com atividade econômica aquém do esperado no começo desse ano (de 2,5%, até meados de fevereiro, para atuais 1,49%). Além disso, outros indicadores também se mostram insatisfatórios, como o alto nível de ociosidade dos fatores de produção e cenário externo desfavorável, levando a reflexos na taxa de desemprego. Desocupação elevada leva à preocupação crescente dos indivíduos acerca do futuro e como destaca Borjas (2012), diversas questões políticas e sociais estão intimamente ligadas às experiências no mercado laboral. Essa contribuição exalta a importância em solucionar inúmeros problemas sociais e econômicos vividos pela sociedade moderna, sendo um dos fatores de maior preocupação, se não o maior, o desemprego. De acordo com Barros, Cossío e Teles (2001), o desemprego é resultado de vários fatores, em especial, do ritmo de expansão/contração da economia, do modo de funcionamento do mercado de trabalho, da abrangência do sistema nacional de proteção social e das características do seguro desemprego ligadas ao tempo de permanência do trabalhador na condição de desempregado. Por ser uma questão complexa – envolvendo circunstâncias demográficas, econômicas, sociais e

---

<sup>2</sup> Realizada pelo IBGE até março de 2016, a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) cobria o trabalho em seis regiões metropolitanas brasileiras.

<sup>3</sup> Relatório do dia 03/05/2019, traz a evolução gráfica e o comportamento semanal das previsões para indicadores da economia brasileira, a partir das expectativas do mercado coletadas até a sexta-feira anterior à sua divulgação.

<sup>4</sup> Ata da 221ª reunião do COPOM.

políticas –, é normal que o desemprego se manifeste com intensidade diferente sobre os grupos de trabalhadores e sobre o espaço regional. Contudo, na literatura nacional, são escassos os estudos que tratam especificamente das flutuações da taxa de desemprego, segundo fatores sociodemográficos<sup>5</sup>.

De qualquer modo, a existência do desemprego é muito prejudicial à vida do indivíduo, principalmente, quando a permanência neste estado é por longo tempo. Posto esse cenário, a seguinte pergunta norteia o estudo: Quais os principais determinantes da taxa de desemprego, do ponto de vista individual e regional? A hipótese de estudo é de que a forma com que o desemprego impacta os diferentes grupos, mediante suas características sociodemográficas, é desigual, havendo maior probabilidade desses grupos sociais se encontrarem na inatividade.

Diante desse contexto, esse estudo tem como objetivo principal avaliar a evolução recente do desemprego, a partir da decomposição da taxa de desocupação, com ênfase aos atributos sociodemográficos e regionais, entre os anos de 2012 e 2017. Especificamente, busca-se identificar os grupos sociodemográficos mais vulneráveis ao desemprego, conforme características selecionadas e regiões de residência; e avaliar os fatores de maior influência sobre as oscilações de desemprego, ao longo do período, por meio da decomposição do desemprego nos componentes participação e nível.

Entre as justificativas do estudo da trajetória recente do desemprego no Brasil, para além da contribuição para a literatura, inclui-se os efeitos adversos do desemprego em termos de pobreza, fome e nível de bem-estar, fome, dentre outros problemas sociais que afligem e atingem diretamente os trabalhadores e suas famílias. Nesse sentido, os resultados de identificação de perfis de indivíduos e regiões mais atingidos pela redução do emprego podem subsidiar as entidades públicas na formulação de políticas públicas voltadas ao mercado de trabalho, de forma a amenizar o impacto deste problema que agrava a desigualdade de renda e social brasileira.

Para tal, este trabalho está estruturado em cinco seções, além da introdução. A segunda apresenta contribuições e resultados da literatura nacional e internacional no que se refere aos efeitos adversos do desemprego. Em seguida, na terceira seção, descreve-se a base de dados e os procedimentos metodológicos utilizados. Na quarta seção, analisa-se os resultados obtidos base para as considerações finais elencadas na última seção.

## 2. REVISÃO DE LITERATURA

Desde 2009, a literatura técnico-científica passou a retratar e discutir com maior veemência a questão das flutuações do desemprego e seu efeito desigual sobre os diversos grupos que compõem a sociedade (BARBOSA FILHO; PESSÔA, 2012; BASTOS, 2014; PORCHMAN, 2016; PEREIRA; MAIA; GOMES, 2018). Banerjee et al. (2007) e Campbell e Duca (2008) analisaram mudanças da taxa de desemprego para África do Sul e Estados Unidos, respectivamente, a partir dos seguintes fatores demográficos: gênero, setor de atividade, grau de escolaridade e faixa etária. Ambos os estudos concluem que a demografia tem papel extrema importante para explicar as variações no desemprego. No primeiro estudo, os autores frisam o acréscimo maciço da oferta de mão de obra feminina, grupo com taxas de desemprego superiores às dos homens. Com a maior participação feminina na força de trabalho, no final dos anos noventa, a taxa de desemprego apresentou tendência de crescimento, pois sua inserção elevou sua importância dentro da taxa de desemprego geral. Isso equivale a dizer que o peso relativo das mulheres aumentou e, haja vista suas taxas de desemprego maiores, em geral, a taxa de desemprego sul-africana cresceu. Notou-se também o crescimento da qualificação dos trabalhadores e a saída da informalidade, sendo os jovens os que enfrentaram maiores dificuldades nesse processo. Campbell e Duca (2008) exploram o envelhecimento do chamado *baby boom*<sup>6</sup>, o que levou à redução da taxa de desemprego durante a década de noventa, nos EUA. Com o passar dos anos, essa taxa tende a decrescer, na medida que o trabalhador envelhece,

---

<sup>5</sup> Como exceções de estudo sobre o tema, Barbosa Filho e Pessoa (2012) e Pereira, Maia e Gomes (2018).

<sup>6</sup> Bebês nascidos durante grande elevação repentina da população, ou seja, uma explosão demográfica, nesse caso atrelada aos indivíduos nascidos depois da Segunda Guerra Mundial, cujo aumento da taxa de natalidade ocorreu, entre 1946 e 1964.

dado que as taxas de desemprego apresentam um formato de “U” invertido com relação às faixas etárias. Desse modo, o envelhecimento populacional, o qual tem grande peso relativo na força de trabalho norte-americana, levou à redução da taxa de desemprego geral nessa economia.

No cenário brasileiro, Barros, Camargo e Mendonça (1997) analisam a estrutura da taxa de desemprego na região metropolitana de São Paulo e Recife, entre 1982 e 1993, baseando-se nos grupos: gênero, escolaridade, idade, posição domiciliar e no trabalho, a partir da PME. Dentre as conclusões, destaca-se os grupos com maiores taxas de desemprego: adolescentes e jovens, mulheres, trabalhadores sem carteira de trabalho assinada e aqueles de nível educacional mediano. Vale destacar que as mulheres apresentavam baixa probabilidade de saída do desemprego, além do envelhecimento da população levar a taxas de desemprego menores.

Flori (2003) examinou a estrutura do desemprego dos jovens brasileiros, de 1983 a 2002, visando identificar o motivo das taxas desse grupo serem relativamente superiores, utilizando-se de dados da PME. O estudo atesta que a forma da duração do desemprego é similar entre jovens, adultos e idosos, todavia, a taxa de entrada no desemprego é maior para os primeiros. Ademais, o fator determinante do desemprego elevado para os jovens é a alta rotatividade no mercado de trabalho, dado que se observou baixa duração nos empregos que se inserem ao invés de grande duração como desempregado. Ou seja, as altas taxas de desemprego para esse grupo são resultado da grande quantidade troca de um emprego para outro.

No que concerne à crise no mercado de trabalho brasileiro nos anos noventa, Borges (2006) investigou suas consequências nas regiões metropolitanas, de 1995 a 2004, com base na PNAD. O autor ressalta que o desemprego metropolitano se mostrou caracteristicamente jovem e feminino, com ambos os grupos aumentando sua participação na taxa de atividade. Em relação à taxa de desemprego, essa se manteve em níveis mais elevados para as mulheres em relação aos homens, estando concentrada entre mulheres de 15 a 29 anos de idade.

Em relação aos anos de 1995 a 2004, Oliveira, Scorzafave e Pazello (2009) discutem a evolução da estrutura do desemprego e da inatividade nas metrópoles brasileiras, segundo estimativas desagregadas para homens e mulheres, usando dados da PNAD. Os resultados apontam grande diferenciação entre homens e mulheres, com a ressalva de que a força de trabalho feminina detém maior probabilidade de se encontrar inativa. Quanto à relação entre nível de instrução e inatividade, a relação é negativa, para ambos os sexos, enquanto em relação ao desemprego, infere-se pela relação no formato de “U” invertido. É válido destacar ainda que as mulheres com escolaridade mais baixa têm maior probabilidade de se situarem em dois status ocupacionais: inativas ou ocupações mais precárias. Já a inatividade das mulheres é correlacionada positivamente ao número de crianças no domicílio, enquanto, para os homens, essa relação é inversa. Sobre os indivíduos de cor preta, independente do sexo, há maior probabilidade de estarem inativos e desempregados do que os demais.

Cunha, Araújo e Lima (2011) verificaram os fatores mais relevantes para explicar o desemprego e a inatividade dos jovens entre 16 e 29 anos de idade nas principais regiões metropolitanas do Brasil. A principal conclusão é de que a probabilidade de inatividade foi maior para jovens do sexo feminino, não brancos, com baixo grau de escolaridade e experiência, na posição de cônjuge na família. Quanto mais novo é o jovem, maiores suas chances de se encontrar na inatividade, ao passo que a maior experiência dos indivíduos leva à diminuição dessa probabilidade.

Sampaio (2012) ao estudar a estrutura do mercado de trabalho metropolitano na região Sul do Brasil, de 1995 a 2005, examina fatores microeconômicos que influenciaram a situação dos indivíduos no mercado de trabalho. A proposta é verificar mudança estrutural quanto à gênero, idade, grau de instrução e condição na família. A pesquisa destaca a maior participação da mulher no mercado, a despeito de serem as mais afetadas pelo desemprego - aumento de 64% no período analisado. Quanto à relação entre taxa de desemprego e anos de estudo, verificou-se a tendência em formato de “U” invertido. Quanto à taxa de inatividade e desemprego em relação à idade, nota-se que a primeira segue o formato semelhante ao da letra “U”, enquanto a segunda apresentou relação negativa, ou seja, quanto mais velho o indivíduo, menor a chance de desemprego. Por fim, a pesquisa aponta que a probabilidade de estar desempregado foi maior em 2005 do que na década anterior.

Na mesma linha, Bastos (2014) estudou o desemprego em regiões metropolitanas do Brasil, no período de 1999 a 2007, baseando-se na PED. Para tanto, analisou-se a evolução da taxa de desemprego como um todo e, posteriormente, essa taxa foi decomposta, a fim de identificar modificações na composição do estoque de desempregados, segundo grupos populacionais e socioeconômicos, para cada região. Dentre os resultados obtidos, tem-se que as mulheres – cuja incidência de desemprego reduziu menos que a média –, os adultos e os mais escolarizados aumentaram sua participação no estoque de desempregados, em todas as regiões.

A redução da taxa de desemprego, entre 2001 e 2013, foi avaliada por Costa (2015), a partir de informações da PNAD. A autora buscou analisar o comportamento anual da taxa de desemprego de diferentes grupos componentes da PEA. Infere-se que a faixa etária é a principal variável contribuindo para a queda da taxa de desocupação, uma vez que a participação dos jovens na força de trabalho diminuiu. Essa redução da participação do grupo de maior taxa de desocupação dentre as faixas etárias pode ser explicada em função da busca crescente por maior nível de escolaridade ocorrida na década estudada.

Seguindo a mesma linha, Simões, Alves e Silva (2016) estudaram o mercado de trabalho brasileiro, entre 2001 e 2015, com base na PNAD e na PME. O estudo indica que os mercados de trabalho das regiões metropolitanas foram os principais responsáveis pela queda na taxa de desocupação nacional, até 2012, entretanto, o aumento dessa taxa, verificado posteriormente, se mostra mais intenso nessas regiões. Observou-se ainda a diminuição da participação dos jovens dentro da PEA, tanto para aqueles que estudam, quanto para aqueles que não estudam, entretanto, esse grupo apresenta maiores taxas de desocupação frente às demais faixas etárias. É notável também a redução da atividade das mulheres verificada a partir de 2005/2006.

Quanto à composição do desemprego no Brasil, Pereira, Maia e Gomes (2018) a avaliam, a partir de indicadores do mercado de trabalho, segundo características dos trabalhadores desempregados, no período, entre 2012 e 2016/2017, com base em dados da PNAD Contínua. Os resultados apontaram piora das taxas de desemprego para todos os grupos estudados, sendo os principais afetados pelo desemprego as mulheres, os jovens, aqueles com ensino fundamental incompleto e médio completo, além dos filhos e trabalhadores do Nordeste. Observou-se também que as taxas de desemprego desses grupos foram notavelmente desiguais frente aos demais, de magnitude elevada e crescente, com o passar dos anos.

Em suma, a literatura nacional e internacional empírica aqui discutida confirma a forma heterogênea com que os grupos componentes do mercado de trabalho nacional e internacional são afetados pelas taxas de desemprego. De maneira geral, jovens, mulheres, aqueles com escolaridade mediana (entre os ensinos fundamental e médio) e os situados nas regiões metropolitanas foram os mais atingidos pelo desemprego. São resultados que dão respaldo à proposta deste trabalho de tratar detalhadamente da composição do desemprego no Brasil, entre 2012 e 2017, averiguando a dimensão da desocupação frente às características individuais dos integrantes da PEA, segundo gênero, cor, idade, escolaridade, regiões de residência.

### **3. METODOLOGIA**

Diante dos objetivos propostos, de mensuração da recente evolução do desemprego no Brasil com base em fatores demográficos e regionais, descreve-se nesta seção o método proposto para tal. Adicionalmente, visa-se identificar aqueles de maior vulnerabilidade à desocupação e quais deles influenciaram mais na variação do desemprego, para o período entre 2012 e 2017.

De posse do conjunto de microdados da PNAD Contínua, aplica-se a metodologia de decomposição das variações na taxa de desemprego presente nos estudos de Banerjee et al. (2007), Hipple (1997), Shimer (1999), Duca e Campbell (2007) e Barbosa Filho e Pessoa (2012), com o objetivo de estudar o recente aumento da taxa de desemprego no Brasil. Inicialmente, apresenta-se a decomposição tradicional da taxa de desemprego, a qual mede a parcela de desocupados da população economicamente ativa (PEA). Definindo desemprego pela letra *D*, esse pode ser escrito da seguinte forma:

$$D_t = \frac{\text{desocupados}}{\text{PEA}_t} = \frac{\text{desocupados}_t}{\text{desocupados}_t + \text{ocupados}_t} = \frac{d_t}{L_t} \quad (1)$$

Para avaliar o desemprego entre os diferentes grupos da sociedade, segundo características de gênero, raça, escolaridade, faixa etária, experiência e setores de atividade, pode-se decompor o desemprego, em participação e nível, da seguinte forma:

$$D_t = \frac{d_t}{L_t} = \frac{\sum_i d_{i,t}}{\sum_i L_{i,t}} = \frac{\sum_i d_{i,t} \times \frac{d_{i,t}}{L_{i,t}}}{\sum_i L_{i,t}} \quad (2)$$

$$D_t = \sum_i \frac{L_{i,t}}{\sum_i L_{i,t}} \frac{d_i}{L_{i,t}} = \sum_i \varphi_{i,t} D_{i,t} \quad (3)$$

na qual a participação de cada grupo  $i$  é dada por  $\varphi_{i,t} = \frac{L_i}{\sum_i L_i}$ , e o desemprego em cada grupo  $i$  definido como  $D_{i,t}$ .

Logo, com base na decomposição do desemprego nos componentes participação e nível, é possível identificar os aspectos de maior influência sobre a variação do desemprego, ao longo do tempo, utilizando-se das fórmulas 4 e 5 a seguir:

$$D_t - D_{t-1} = \sum_i \varphi_{i,t} D_{i,t} - \sum_i \varphi_{i,t-1} D_{i,t-1} = \sum_i (\varphi_{i,t} D_{i,t} - \varphi_{i,t-1} D_{i,t-1}) \quad (4)$$

$$D_t - D_{t-1} = \frac{1}{2} \sum_i (\varphi_{i,t} D_{i,t} - \varphi_{i,t-1} D_{i,t-1}) + \frac{1}{2} \sum_i (\varphi_{i,t} D_{i,t} - \varphi_{i,t-1} D_{i,t-1}) \quad (5)$$

Somando-se e subtraindo-se o termo  $D_{i,t-1} \varphi_{i,t}$  do primeiro colchete e somando-se e subtraindo-se o termo  $D_{i,t-1} \varphi_{i,t-1}$  do segundo colchete, tem-se as expressões abaixo. Desta forma, pode-se decompor a variação do desemprego em duas componentes: a componente relacionada à mudança do nível da taxa de desemprego ( $\Delta D_t^N$ ) e a componente relacionada à variação do desemprego, em virtude da mudança da composição da PEA ( $\Delta D_t^C$ ).

$$\begin{aligned} &= \frac{1}{2} \sum_i \left[ \varphi_{i,t} (D_{i,t} - D_{i,t-1}) + D_{i,t-1} (\varphi_{i,t} - \varphi_{i,t-1}) \right] + \frac{1}{2} \sum_i \left[ \varphi_{i,t-1} (D_{i,t} - D_{i,t-1}) + D_{i,t} (\varphi_{i,t} - \varphi_{i,t-1}) \right] \\ &= \sum_i \frac{\varphi_{i,t} + \varphi_{i,t-1}}{2} (D_{i,t} - D_{i,t-1}) + \sum_i \frac{D_{i,t} + D_{i,t-1}}{2} (\varphi_{i,t} - \varphi_{i,t-1}) \end{aligned} \quad (6)$$

$$= D_t - D_{t-1} = \sum_i \Delta D_{i,t}^N + \sum_i \Delta D_{i,t}^C = \Delta D_t^N + \Delta D_t^C \quad (7)$$

Feito isso, essa metodologia permite separar as variações da taxa de desemprego em dois efeitos: efeito-nível e efeito-composição. O efeito-nível avalia a evolução do desemprego dentro de cada grupo, enquanto o efeito-composição avalia o impacto sobre o desemprego, a partir de mudanças de peso relativo de diferentes grupos no emprego. Portanto, torna-se possível avaliar o crescimento do desemprego nacional, com base em características observáveis da oferta de trabalho (gênero, raça, faixa etária, grau de escolaridade e experiência), assim como realizar a decomposição por regiões metropolitanas (RMs) e não metropolitanas (RNMs), diferenciando o Brasil urbano do espaço nacional rural.

### 3.1 – Fonte e Tratamento dos Dados

A partir da Análise Estatística Descritiva, são utilizados os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), realizada trimestralmente, desde 2012, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A PNAD Contínua visa acompanhar as flutuações e a evolução da força de trabalho, no curto, médio e longo prazo, além de outras informações necessárias para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do país (IBGE, 2019). São coletadas informações sobre trabalho, gênero, região, cor/raça, escolaridade, idade e várias outras. A seguir, no Quadro 1, estão descritos os cortes da amostra selecionados para a realização do presente estudo.

Quadro 1 – Cortes selecionados da amostra

GÊNERO	COR	NÍVEL DE INSTRUÇÃO	FAIXA ETÁRIA	ÁREA	REGIÃO
Homem	Branco	Menos de 1 ano de estudo	14 anos de idade ou menos	Urbana	Metropolitana
Mulher	Preta	Fundamental incompleto	15 a 19 anos de idade	Rural	Não Metropolitana
	Amarela	Fundamental completo	20 a 24 anos de idade		
	Parda	Médio incompleto	25 a 29 anos de idade		
	Indígena	Médio completo	30 a 34 anos de idade		
		Superior incompleto	35 a 39 anos de idade		
		Superior completo	40 a 44 anos de idade		
			45 a 49 anos de idade		
			50 a 54 anos de idade		
			55 a 59 anos de idade		
			60 a 64 anos de idade		
			65 anos de idade ou mais		

Fonte: Elaboração própria.

A amostra utilizada consiste dos anos de 2012 a 2017 e restringe-se aos residentes no Brasil no espaço urbano e rural, Regiões Metropolitanas (RMs) e Não Metropolitanas (RNMs). Ademais, os dados são trabalhados levando em consideração o peso amostral de cada observação.

## 4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Apresenta-se, nessa seção, a discussão dos resultados obtidos a partir da metodologia sobre os dados da economia brasileira, nos anos de 2012 a 2017, agregando dados do espaço urbano e rural, com a distinção entre regiões metropolitanas (RMs) e regiões não metropolitanas (RNMs). Em primeiro lugar, a Tabela 1 apresenta as taxas de desemprego nacionais de 2012 e 2017, e sua variação temporal. É possível notar como há momentos distintos no mercado de trabalho do Brasil, uma vez que a taxa de desemprego apresenta quedas sucessivas, entre 2012 e 2014, e a partir do ano de 2015, há um ponto de inflexão dessa, quando a situação do desemprego recrudescer, de forma intensa. Com mudanças na política econômica, descontrole do processo inflacionário, crise política em virtude de escândalos de corrupção, incerteza sobre os rumos da economia brasileira, entre outros fatores, veio à tona uma forte crise econômica no Brasil (POCHMANN, 2015, 2016; MATTEI, 2018; MENDONÇA, 2018, SICSÚ, 2018). Tais resultados vão de encontro ao estudo de Barbosa Filho e Pessôa (2012) sobre o fato de que, até o ano de 2014, houve contínua melhora do mercado de trabalho brasileiro. Entretanto, a partir de 2015, os resultados se mostram opostos, corroborando com as observações de Pochmann (2016), Simões, Alves e Silva (2016) e Pereira, Maia e Gomes (2018) de piora do mercado ocupacional brasileiro a partir de 2014.

Tabela 1 – Taxas de desemprego e variação, Brasil, 2012 e 2017

Período	Taxas de desemprego (%)	Varição das taxas de desemprego (%)
2012	6,98	-
2013	6,86	-1,72
2014	6,48	-5,54
2015	8,08	24,69
2016	10,71	32,55
2017	11,7	9,24
2017-2012	4,72 p.p.	67,62
2014-2012	-0,5 p.p.	-7,16
2017-2014	5,22 p.p.	80,56

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD Contínua (IBGE, 2018).

Quando se observa as variações entre os períodos, entende-se como o cenário interno sofre grande mudança num curto espaço de tempo, com variação negativa, entre 2012 e 2014, na ordem de 7,16%, e variação positiva de 80,56%, entre 2014 e 2017, ou seja, os ganhos ocorridos no primeiro momento – com a redução da taxa de desemprego – foram totalmente perdidos posteriormente, com expressiva ampliação da taxa. Esse resultado é reforçado por Pochmann (2016) e por Simões, Alves e Silva (2016), uma vez que o país passou a enfrentar, já no ano de 2014, desaceleração da economia, com forte retração nos anos de 2015 e 2016, registrando queda de 3,8% e 3,6%, respectivamente. Diante desse cenário, é notável a piora da economia brasileira no período analisado, fazendo-se necessário entender de que maneira esse deterioramento afeta os diversos grupos componentes do mercado de trabalho interno, a fim de compreender as possíveis diferenças de efeitos do desemprego sobre grupos específicos da PEA.

Os resultados que constam nas Tabelas 2 a 3 contemplam as taxas de desocupação, participação e contribuição de cada fator sociodemográfico e regional, como proposto anteriormente. De início, é válido enfatizar que, dentro dos grupos aqui expostos, há clara diferenciação de comportamento dos efeitos sobre esses, haja vista que a maneira pela qual os grupos são atingidos mostrou-se heterogênea, com alguns deles sendo mais vulneráveis às transformações ocorridas ao longo do período analisado do que outros.

Tabela 2 – Taxas de desocupação, participação e contribuição por gênero, Brasil, 2012 a 2017

	Sexo	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Desocupação (%)	Homem	5,62	5,48	5,26	6,78	9,29	10,10
	Mulher	8,88	8,79	8,19	9,90	12,68	13,85
Participação (%)	Homem	58,33	58,41	58,54	58,28	58,10	57,45
	Mulher	41,67	41,59	41,46	41,72	41,90	42,55
Contribuição (%)	Homem	3,28	3,20	3,08	3,95	5,40	5,80
	Mulher	3,70	3,66	3,40	4,13	5,31	5,89

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD Contínua (IBGE, 2018).

Em relação ao sexo dos indivíduos, Tabela 2, é importante frisar que as mulheres detêm taxa de desocupação maior do que a dos homens, em todos os períodos analisados, sendo o ano de 2017 o pior para ambos os sexos. Há clara disparidade no mercado de trabalho brasileiro, quando se leva em conta o fator gênero, com o sexo feminino encontrando-se em situação desfavorável. Por mais que haja um forte apelo por condições igualitárias entre homens e mulheres, com o crescimento de movimentos em prol dessa causa, fica evidente, quando se olha a participação dos sexos dentro do mercado de trabalho brasileiro, que há muito a ser feito ainda, haja vista que a população brasileira é



composta por mais mulheres do que homens<sup>7</sup>, mas a esfera do trabalho segue um caminho oposto. Tal participação manteve-se equilibrada até 2016, sendo que, em 2017, houve ligeira mudança, com pequeno aumento da participação feminina de 41% para pouco mais de 42,5%. Esse resultado, menor que seja, reafirma o movimento salientado por outros autores, como Sampaio (2012) e Bastos (2014), de busca maior por colocação no mercado de trabalho por parte das mulheres, a despeito de serem mais atingidas pela inatividade em relação aos homens. Além disso, vale destacar que a contribuição do sexo feminino para a taxa de desocupação se mostrou maior em quase todos os anos da amostra, mesmo que a parcela feminina seja menor que a masculina. Apenas em 2016, os homens contribuíram mais em relação às mulheres, com 5,4% e 5,31%, respectivamente. A seguir, na Tabela 3, são apresentadas as taxas de desocupação, participação e contribuição por cor, para os anos de 2012 a 2017, sendo cada cor definida segundo a metodologia empregada pelo IBGE.

Tabela 3 – Taxas de desocupação, participação e contribuição por cor, Brasil, 2012 a 2017

	Cor	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Desocupação (%)	Branco	5,61	5,40	5,16	6,45	8,51	9,05
	Preto	8,16	8,20	8,34	9,63	13,01	14,02
	Amarelo	6,66	5,74	6,12	7,54	8,07	9,85
	Pardo	8,06	7,92	7,34	9,22	12,16	13,47
	Indígena	4,62	7,58	6,08	6,88	10,20	11,19
Participação (%)	Branco	43,71	42,58	42,49	41,89	41,09	40,67
	Preto	7,70	7,78	7,55	8,02	8,69	9,14
	Amarelo	0,36	0,37	0,34	0,34	0,45	0,45
	Pardo	47,94	49,05	49,37	49,51	49,42	49,34
	Indígena	0,29	0,22	0,26	0,25	0,34	0,39
Contribuição (%)	Branco	2,45	2,30	2,19	2,70	3,50	3,68
	Preto	0,63	0,64	0,63	0,77	1,13	1,28
	Amarelo	0,02	0,02	0,02	0,03	0,04	0,04
	Pardo	3,86	3,88	3,62	4,56	6,01	6,65
	Indígena	0,01	0,02	0,02	0,02	0,03	0,04

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD Contínua (IBGE, 2018).

De acordo com a Tabela 3, é possível notar como o grupo de pretos e pardos é mais afetado em todos os períodos, havendo piora significativa, ao longo dos anos, quando registraram taxas de desocupação iguais à 14,02% e 13,47%, respectivamente, no ano de 2017. Quanto a população de cor preta, ressalta-se aqui tendência distinta ao apresentado por demais grupos até 2014, quando esses registraram decréscimo de sua taxa de desocupação. Os negros não se viram em condições melhores com o passar dos anos, pelo contrário, a taxa para esse grupo só cresceu no período, mesmo a um ritmo lento (de 8,16%, em 2012, para 8,2%, em 2013, chegando a 8,34%, em 2014). Esse fato é respaldado na análise de Cunha, Araújo e Lima (2011), a qual mostrou que indivíduos não brancos estão mais propensos à inatividade. Brancos, amarelos e indígenas registraram taxas próximas até 2016, quando a situação desse último grupo se agrava (passando de 6,88%, em 2015, para 10,2%, em 2017), enquanto os dois outros continuaram com taxas próximas entre si.

Ainda segundo a Tabela 3, é possível notar que a população brasileira se autodeclara majoritariamente branca ou parda, representando mais de 90% do todo, entretanto, como foi dito anteriormente, a forma como foram afetadas pelo desemprego se mostrou bem distinta. Considerando-se que os grupos de pardos e negros são muito próximos entre si, quanto a características, pode-se dizer que mais da metade da população enfrentou esse período de modo mais desfavorável do que o grande grupo de pessoas brancas. Esse indicativo corrobora com o

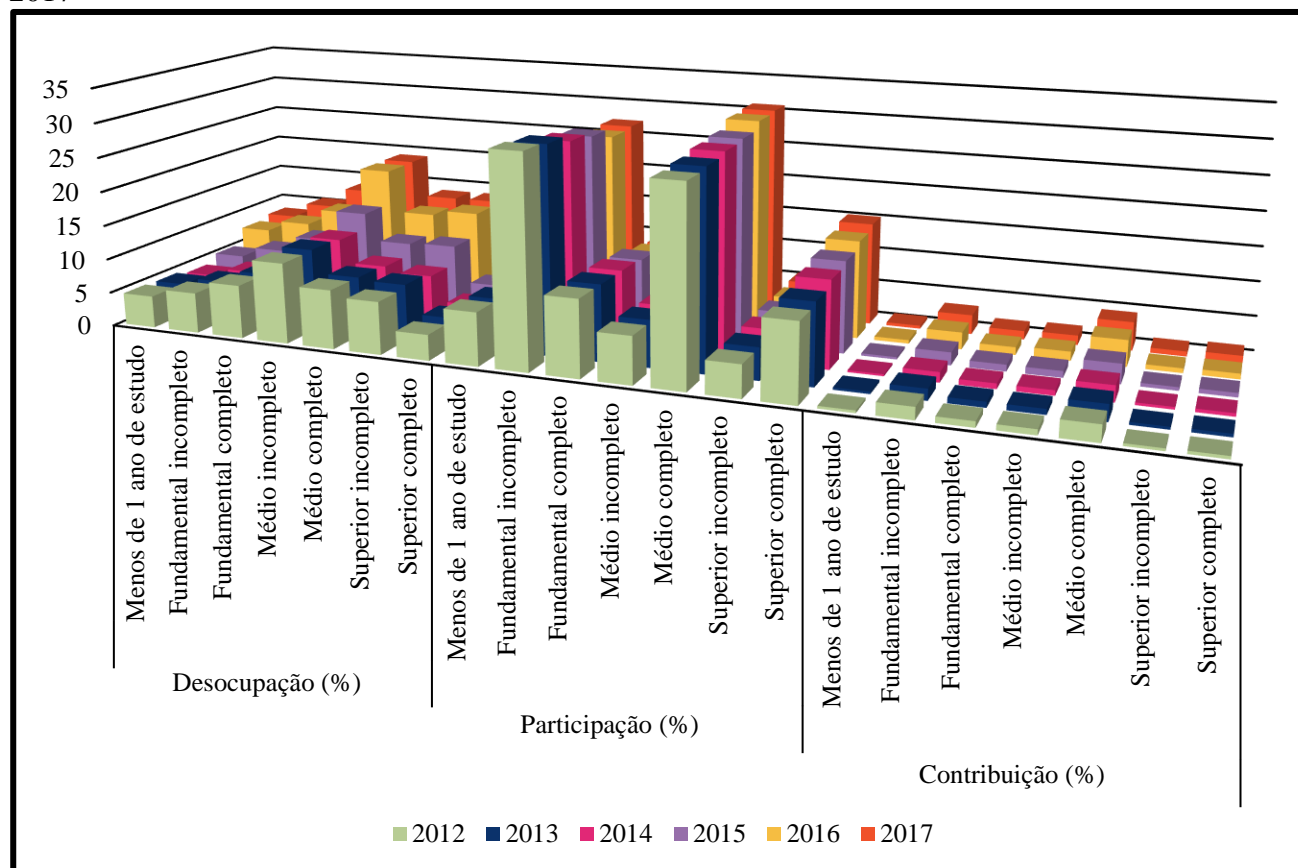
<sup>7</sup> De acordo com o informativo PNAD Contínua: características gerais dos domicílios e dos moradores (IBGE, 2017), a população masculina representou, em média, 48,4% da população residente no Brasil entre 2012 e 2017, enquanto que a feminina correspondeu a 51,6%.

entendimento de que há grande desigualdade no mercado de trabalho até os dias atuais, com grupos específicos estando suscetíveis a maiores dificuldades do que outros. Quanto à participação de amarelos e indígenas, essa é muito pequena, não representando nem 1% da população.

No que se refere à contribuição para com a taxa de desocupação, ressalta-se a importância da população parda para com essa, uma vez que ela é a grande responsável por essa taxa, seguida da população branca e preta. Há apenas uma redução dessa contribuição dos pardos, ocorrida no ano de 2014, quando registrou 3,62%, atingindo assim o seu menor valor dentro da amostra, justamente no ano de melhor resultado geral.

Continuando, na Figura 1, constam as taxas de desocupação, participação e contribuição por nível de instrução, entre os anos de 2012 e 2017. Com relação à escolaridade, é possível notar que, em todos os anos, a população com ensino médio incompleto registra as maiores taxas de desocupação, saindo dos 11,71%, em 2012, para 18,87% em 2017. Além desse grupo, aqueles que compõem o ensino médio completo, superior incompleto e fundamental completo também apresentam elevadas taxas de desocupação, registrando 13,51%, 13,56% e 13,49%, respectivamente, ao fim de 2017. Por outro lado, aqueles com ensino superior completo ostentam as menores taxas de desemprego no período, ou seja, a maior escolaridade favoreceu esse grupo, até mesmo no pior período do mercado de trabalho. Assim como Sampaio (2012) demonstrou, a relação entre a taxa de desocupação e a escolaridade seguiu tendência no formato da letra “U” invertida. Ou seja, nos primeiros anos de estudo, a taxa de desocupação é muito baixa – influenciada diretamente pelos serviços mais precários e informais, dificultando a inserção de indivíduos com poucos anos de estudo no mercado de trabalho formal. Ao passo que essa relação entre nível de instrução e desemprego vai subindo, chega-se ao seu máximo no grupo cujo ensino médio está completo, da mesma forma com que Pereira, Maia e Gomes (2018) evidenciaram em seu estudo. Os menos afetados, tanto no estudo presente quanto no de Sampaio (2012) foram aqueles que compõem a população com ensino superior completo, o que caracteriza um mercado com maior demanda por mão de obra qualificada.

Figura 1 – Taxas de desocupação, participação e contribuição por escolaridade, Brasil, entre 2012 e 2017

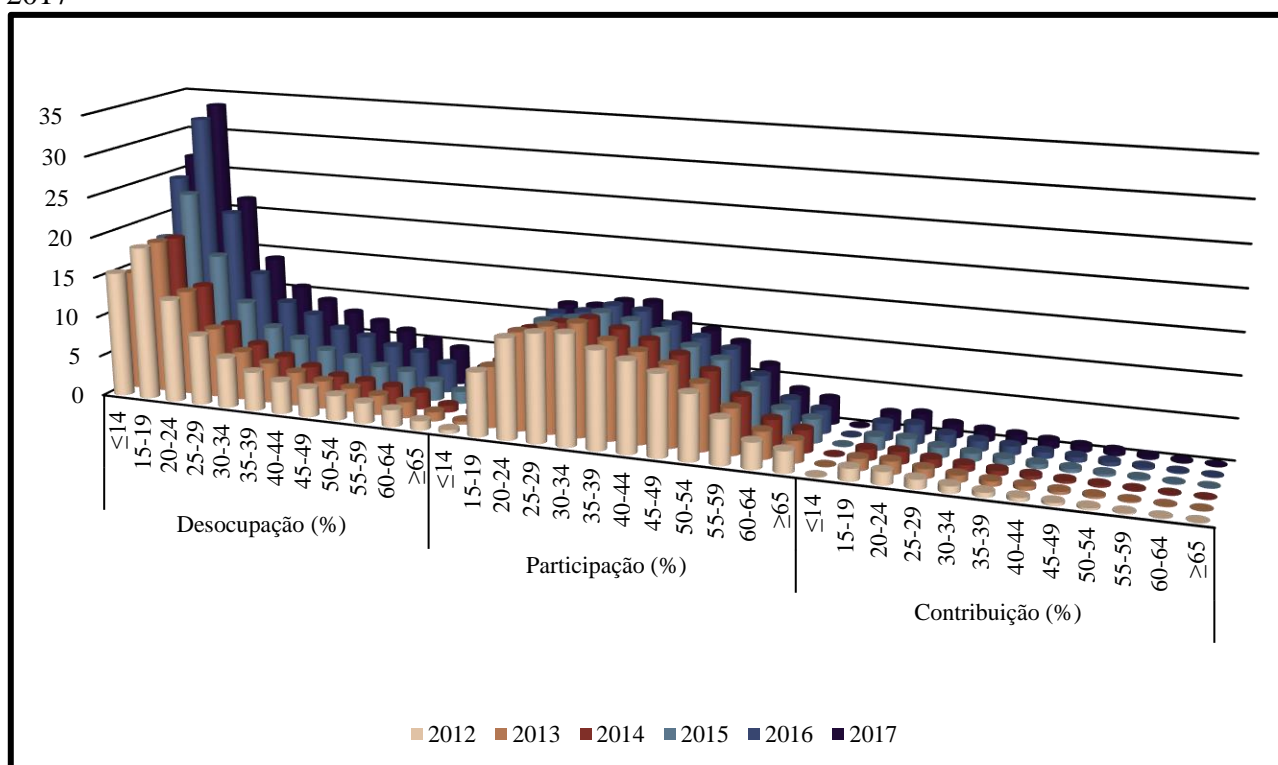


Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD Contínua (IBGE, 2018).

Prosseguindo com a análise da Figura 1, é de suma importância enfatizar a mudança de perfil ocorrida, entre 2012 e 2017, com o aumento de participação dos grupos cujo nível de instrução é mais elevado em detrimento de grupos com menor grau desse. A população com ensino fundamental completo, por exemplo, reduziu sua participação na ordem de 17,07%, ao passo que o grupo com ensino superior completo cresceu 33,01%, dando a entender que houve busca maior por qualificação da mão de obra, visando à adequação às novas exigências desse período de desaceleração. Seguindo essa tendência de transformações, destaca-se mudança quanto ao principal grupo participante no mercado de trabalho. No ano de 2012, a população com ensino fundamental incompleto representava 30,28% do todo, enquanto que a população com ensino médio completo era 28,04% desse. Entretanto, as posições se inverteram em 2017, com o ensino médio completo ultrapassando o ensino fundamental incompleto, registrando 30,73% e 26,99%, respectivamente. Ainda em relação ao nível de instrução, o ensino médio completo apresenta, ao longo dos anos analisados, uma maior contribuição frente aos demais grupos, seguido pelo grupo com ensino fundamental incompleto.

Na Figura 2, apresentada a seguir, constam as taxas de desocupação, participação e contribuição encontradas para as faixas etárias, no período escolhido para esse estudo.

Figura 2 – Taxas de desocupação, participação e contribuição por faixa etária, Brasil, entre 2012 e 2017



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD Contínua (IBGE, 2018).

De acordo com o apresentado na Figura 2, referente às faixas etárias, fica evidente a forma com que os jovens são afetados em relação ao desemprego, demonstrando relação negativa entre a taxa de desemprego e a idade do indivíduo. Pessoas com até 24 anos são as que apresentam as maiores taxas de desocupação, em qualquer que seja o ano, com destaque para aqueles que se encontram em idade equivalente ao ensino médio (15 a 19 anos), por apresentarem a maior taxa de desemprego, registrando 18,96%, em 2012, e 33,51%, em 2017. Tais números ratificam a dificuldade enfrentada por jovens para com a inserção no mercado de trabalho, posto que a capacitação ainda é baixa e a falta de experiência atrapalha ainda mais tal processo. Comparando-se com demais faixas etárias, nota-se que a população com 50 anos ou mais apresentou uma variação de desocupação maior no período, mais que dobrando as taxas registradas em 2012, todavia, elas estavam em patamares bem abaixo dos registrados por outros, então o efeito relativo pode ser entendido como parecido, com uma piora significativa para todas as idades. Em contraponto ao exposto aqui, Pochmann (2018) indica

que trabalhadores na faixa de 40 a 59 anos de idade e dos 60 anos ou mais, houve saldo positivo na ocupação. O segmento de 40 a 59 anos teve um acréscimo de ocupação igual a 4,3%, entre o segundo trimestre de 2014 e o primeiro trimestre de 2018, enquanto que aqueles com 60 anos ou mais tiveram um acréscimo de 20%.

Quanto a participação dessas faixas etárias, observa-se que a maior concentração da força de trabalho está compreendida entre os 20 e 49 anos, representando mais de 70% do todo, dentro o período selecionado, ou seja, essa relação entre a participação das faixas etárias apresentou o formato da letra “U” invertida. Outro ponto importante a se destacar consiste no crescimento da proporção de pessoas mais velhas em detrimento das mais jovens, havendo assim um certo envelhecimento do mercado de trabalho brasileiro, com a não entrada de jovens na PEA, que retardam esse passo a fim de maior nível de escolaridade, como Costa (2015) ressaltou, ou muita das vezes se encontram sem expectativa de inserção ou reinserção nesse. Ademais, ao olhar-se para a contribuição de cada uma dessas faixas etárias para com a taxa de desocupação, fica mais clara a forma com que os jovens, de modo geral, apresentam um maior peso na taxa geral, em qualquer período analisado. A seguir, na Tabela 4, estão expostas as taxas de desocupação, participação e contribuição por área onde o indivíduo está situado, para o período compreendido entre 2012 e 2017.

Tabela 4 – Taxas de desocupação, participação e contribuição por área, Brasil, entre 2012 e 2017

	Área	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Desocupação (%)	Urbana	7,78	7,59	7,23	8,99	11,75	12,72
	Rural	4,47	4,65	4,23	5,34	7,46	8,41
Participação (%)	Urbana	75,92	75,18	74,96	75,16	75,74	76,27
	Rural	24,08	24,82	25,04	24,84	24,26	23,73
Contribuição (%)	Urbana	5,91	5,71	5,42	6,76	8,90	9,70
	Rural	1,08	1,15	1,06	1,33	1,81	2,00

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD Contínua (IBGE, 2018).

Conforme apresentado na Tabela 4, a população urbana enfrenta taxas de desocupação superiores as apresentadas pela população rural, registrando o pior resultado no ano de 2017, quando marcaram 12,72% e 8,41%, respectivamente. Durante o período de 2012 a 2017, o segundo grupo, das pessoas em área rural, registrou uma variação de 88,14% da taxa de desemprego, frente aos 63,49% apresentados pela população urbana. Ao se tratar da proporção desses dentro do todo, identifica-se ainda um movimento de saída das áreas rurais para áreas urbanas. A participação da área urbana cresceu 0,46% no período, enquanto essa reduziu em 1,45% para com a área rural. Quando se olha para a contribuição de cada uma delas, é evidente o peso que áreas urbanas têm dentro da taxa de desocupação geral, fortemente influenciada pela concentração existente nessa área. Em sua pesquisa, Paulo e Tabosa (2018) mostraram que as condições de trabalho dos trabalhadores agrícolas foram mais precárias do que as encontradas por trabalhadores não agrícolas, no universo de 2002 a 2011, ou seja, num momento de melhora da qualidade do emprego no âmbito nacional. Esse resultado indica que, mesmo num cenário favorável, existe déficits do emprego rural frente ao urbano.

Já na Tabela 5 estão os dados referentes às taxas de desocupação, participação e contribuição por região, sendo essas metropolitanas ou não, com dados para o período de 2012 a 2017. Em relação às regiões metropolitanas ou não metropolitanas, tem-se, na Tabela 5, que a taxa de desocupação da primeira é superior a segunda, em todos os anos do período. Enquanto que em 2012 encontrou-se a taxa de desemprego na ordem de 8,57% para as RMs, as RNMs apresentaram taxa de 5,97%, ao fim do período, essas foram, respectivamente, 13,9% e 10,26%, ou seja, ambas cresceram, acompanhando os movimentos mostrados em variáveis anteriores, todavia, o efeito sobre as RNMs (71,6%) foi maior do que sobre as RMs (62,19%). Para Pochmann (2016), a intensificação do desemprego no Brasil metropolitano, que se inicia em meados de 2014, é diretamente influenciada pela adoção de políticas

de ajuste econômico que levaram à recessão, revertendo as medidas anticíclicas adotadas até então, gerando dessa maneira, uma inversão trajetória de desemprego.

Tabela 5 – Taxas de desocupação, participação e contribuição por região, Brasil, entre 2012 e 2017

	Região	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Desocupação (%)	Metropolitana	8,57	8,35	8,27	9,72	12,96	13,90
	Não Metropolitana	5,97	5,90	5,34	7,04	9,23	10,26
Participação (%)	Metropolitana	38,93	39,07	38,92	38,88	39,70	39,48
	Não Metropolitana	61,07	60,93	61,08	61,12	60,30	60,52
Contribuição (%)	Metropolitana	3,34	3,26	3,22	3,78	5,15	5,49
	Não Metropolitana	3,65	3,59	3,26	4,30	5,57	6,21

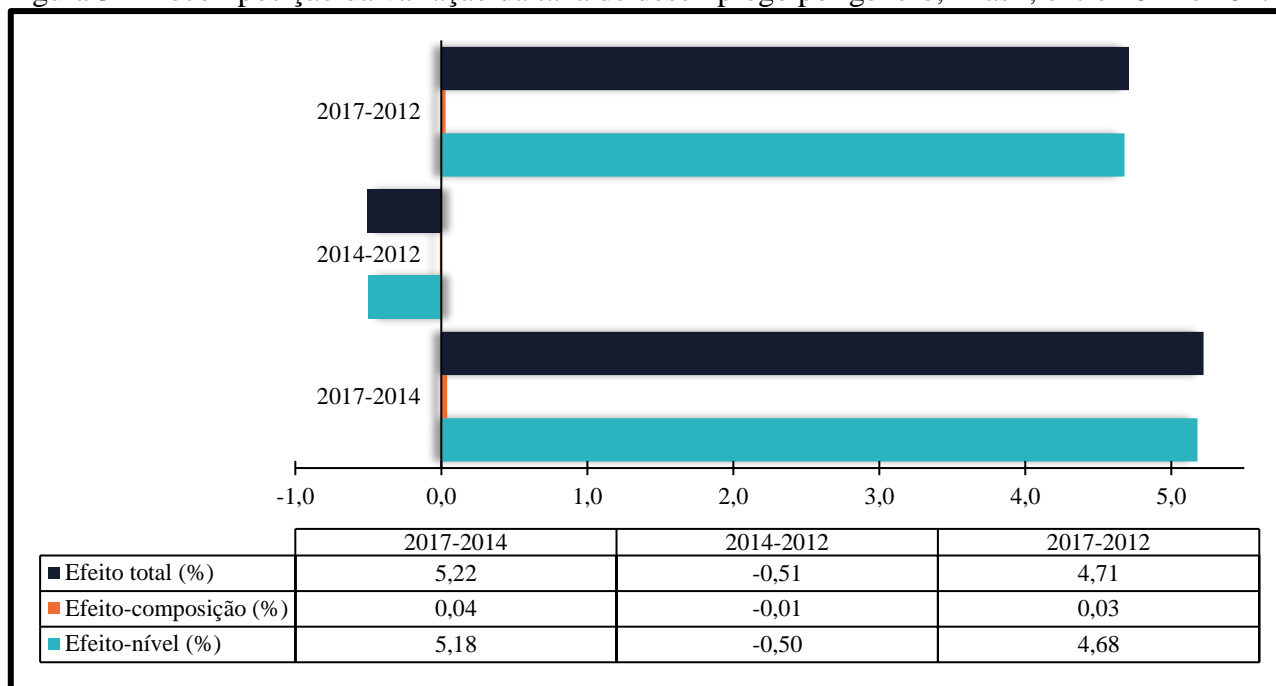
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD Contínua (IBGE, 2018).

Quanto a composição do mercado de trabalho a partir dessas variáveis, é possível notar que esse é composto, em sua grande maioria, por pessoas situadas em regiões não metropolitanas, porém esse número teve ligeira queda no período, saindo dos 61,07%, em 2012, para 60,52%, em 2017, representando, desse modo, um aumento de 1,41% da população em regiões metropolitanas, durante o período compreendido entre 2012 e 2017. O que se pode tirar a partir desses números é que, mesmo em momentos de aceleração do desemprego, há uma procura da população por regiões metropolitanas, uma vez que essas tendem a oferecer maiores oportunidades do que as não metropolitanas. Como Martignoni, Carvano e Jannuzzi (2006) apontam, o volume de trabalhadores de uma localidade é função da dinâmica demográfica dessa, assim, mortalidade, fecundidade e migração, bem como a taxa de participação, são fatores que podem explicar suas peculiaridades. Cunha e Jakob (2010) buscaram identificar o efeito que a localização do indivíduo na Região Metropolitana de Campinas e observou-se que o local de residência estava intimamente ligado ao acesso das pessoas ao mercado de trabalho formal. A isso, soma-se que os residentes na mesma região metropolitana registram taxas de desemprego inferiores aqueles que vem de fora dessa, além do fato de os indivíduos que não precisam “migrar” para a RM apresentarem indicadores melhores do que aqueles intrametropolitanos ou externos à essa. Tais indicativos sugerem que, o movimento em direção às RMs faz sentido do ponto de vista de aumento das oportunidades de inserção no mercado laboral.

Por fim, verifica-se que a contribuição desses grupos fica bem próxima, chegando perto de se igualarem em 2014, quando RMs e RNMs apresentaram, respectivamente, 3,22% e 3,26% de contribuição para com a taxa geral de desocupação.

Da Figura 3 à Figura 8, são apresentadas as decomposições das variações das taxas de desemprego ao longo do período selecionado, compreendido entre os anos de 2012 a 2017, estando essas baseadas em cada um dos fatores sociodemográficos e regionais utilizados até aqui. Abaixo, na Figura 3, são mostrados os resultados da decomposição baseada na equação 7, observando-se a composição do mercado de trabalho brasileiro por gênero, entre 2012 e 2017.

Figura 3 – Decomposição da variação da taxa de desemprego por gênero, Brasil, entre 2012 e 2017

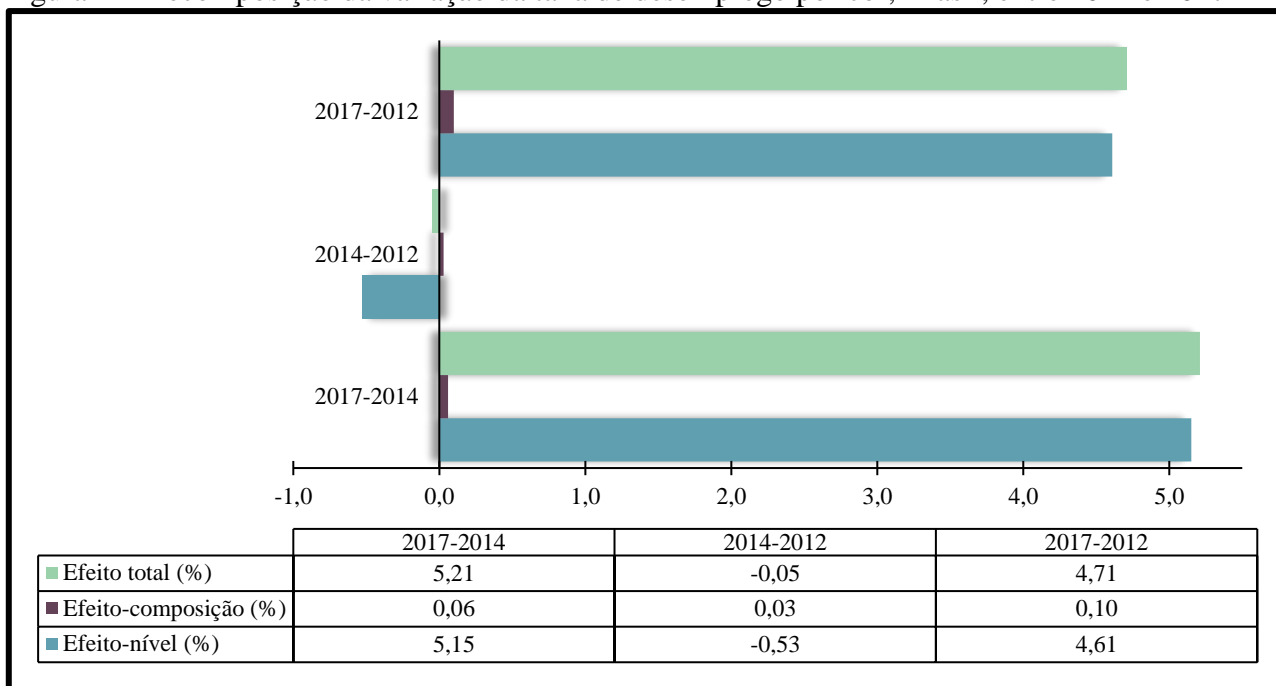


Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD Contínua (IBGE, 2018).

Os resultados apresentados na Figura 3 evidenciam o grande avanço do desemprego dentro desse grupo, com o efeito nível se mostrando bastante relevante no que diz respeito à taxa de desocupação segundo gênero, principalmente, no período de 2014 a 2017, quando os ganhos ocorridos no período antecedente foram superados de maneira severa. Por outro lado, o efeito composição é pequeno, entretanto, muito relevante, haja vista que a composição da PEA sofreu certa mudança, com inserção de mais mulheres. Uma vez que a taxa de desemprego entre elas mulheres é predominantemente superior à masculina, esse efeito tende a elevar a taxa como um todo, sendo esse intensificado pelo grande crescimento da desocupação ocorrido no período analisado. Os resultados do efeito composição estão de acordo com Barbosa Filho e Pessoa (2012) e Simões, Alves e Silva (2016), uma vez que o efeito composição para ambos os sexos foi baixo, no entanto, positivo, representando um aumento da taxa de desocupação com o acréscimo da participação feminina na PEA.

A seguir, na Figura 4, consta a decomposição da variação da taxa de desocupação realizada por cor, entre 2012 e 2017, para o Brasil. De acordo com o apresentado, grupos com taxa de desemprego mais elevada, como é o caso de pretos e pardos, tiveram sua participação dentro da força de trabalho brasileira ampliada, desse modo, o efeito composição atuou diretamente no avanço da taxa de desemprego, influenciados ainda pela já observada redução da participação da população branca.

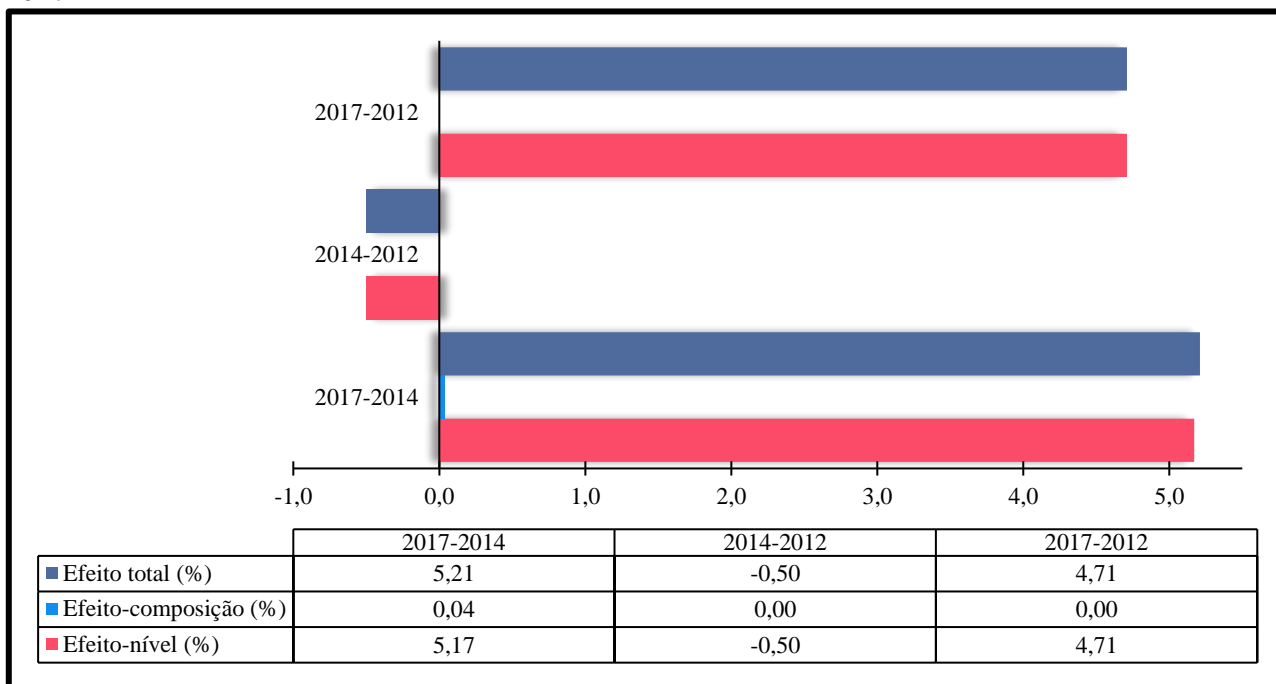
Figura 4 – Decomposição da variação da taxa de desemprego por cor, Brasil, entre 2012 e 2017



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD Contínua (IBGE, 2018).

O efeito composição ocorre em escala reduzida, se comparado ao efeito nível, cuja variação foi elevada, assim como ocorre com a decomposição para gênero, seguindo assim o movimento de aumento do desemprego geral. Dando prosseguimento às decomposições das variações da taxa de desemprego, na Figura 5, são apresentados os resultados obtidos a partir do nível de instrução, ou seja, os anos de estudo dos indivíduos, baseando-se nos anos de 2012 a 2017, para o caso brasileiro.

Figura 5 – Decomposição da variação da taxa de desemprego por escolaridade, Brasil, entre 2012 e 2017

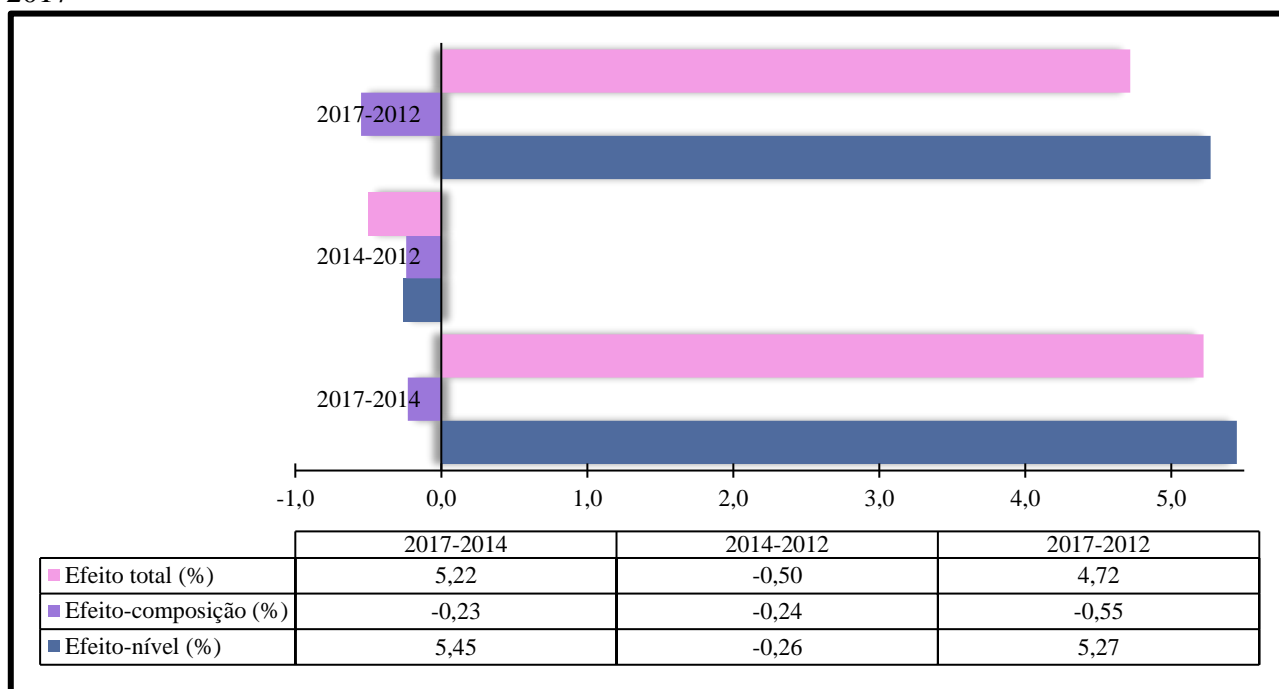


Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD Contínua (IBGE, 2018).

Como visto na Figura 5, o efeito composição tendeu a elevar a taxa de desemprego, a partir de 2014, quando não nulo. Por esse efeito, entende-se que houve maior participação de pessoas com

baixa escolaridade na força de trabalho, desde o ano de 2014, ou os indivíduos com elevado nível de escolaridade saíram da PEA. No caso brasileiro, esse segundo movimento é um indicativo de que a população desalentada cresceu, sendo esse observado em outros países também. Novamente, o efeito nível foi o principal responsável pela ampliação da taxa de desemprego, acompanhando a tendência já citada. Na Figura 6, encontra-se a decomposição da variação da taxa de desemprego, levando-se em consideração as faixas etárias.

Figura 6 – Decomposição da variação da taxa de desemprego por faixa etária, Brasil, entre 2012 e 2017



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD Contínua (IBGE, 2018).

Corroborando o apresentado anteriormente, na Figura 2, a Figura 6 demonstra claramente como houve grande retardo na entrada ao mercado de trabalho por parte dos jovens, movimento esse que atingiu indivíduos até os 34 anos, de modo a reduzir a participação na PEA de todas as faixas etárias anteriores. Tal resultado se mostra equilibrado entre os períodos (de 2012 a 2014, quando o mercado de trabalho ainda se mantinha aquecido, e também depois disso, até o ano de 2017, quando tal tendência já não se observava mais). Ou seja, o adiamento para que se entre no mercado de trabalho não surgiu no cenário recessivo, mas esse já ocorria, com uma busca intensa de qualificação por parte dos indivíduos, cujo entrada em universidades públicas já havia se ampliado e a capacitação a partir de pós-graduações também se intensificou. Conforme aponta o estudo *Millennials en América Latina y el Caribe: ¿trabajar o estudiar?* (2018)<sup>8</sup>, é crescente o número de jovens que não trabalham e não estudam, tanto no Brasil como em outros países analisados. Esse movimento pode ser entendido como um reflexo da difícil inserção dos jovens no mercado de trabalho, cuja transição dos estudos para o emprego não se mostra bem-sucedida e implica na expansão dos desalentados.

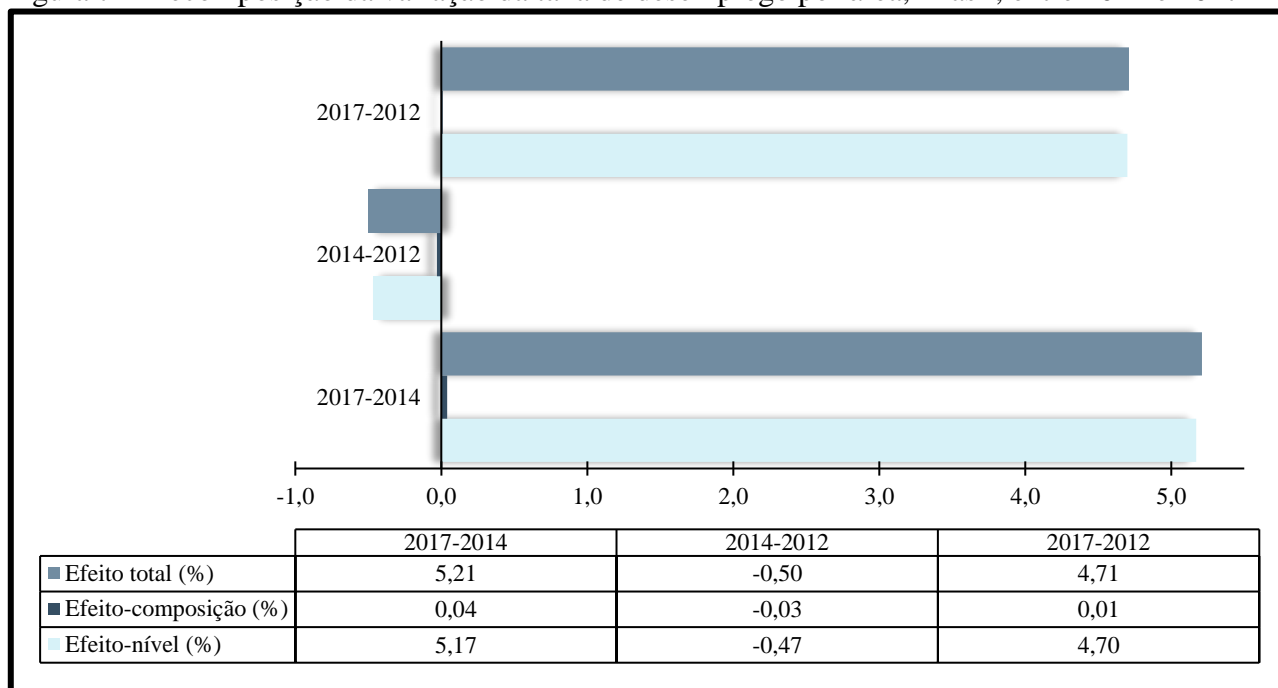
É importante frisar que, a partir da crise iniciada no fim de 2014, o incentivo à entrada no mercado de trabalho diminuiu, desse modo, o efeito composição contribuiu para que a taxa de desocupação não fosse ainda maior. Há também o efeito nível contribuindo positivamente para a redução da taxa de desemprego, até meados de 2014, quando o quadro se inverte e, posteriormente, o efeito sobre o desemprego é severo, assim como ocorreu com os demais grupos até aqui descritos.

<sup>8</sup> Realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em parceria com a *Fundación Espacio Público* do Chile, o Centro de Pesquisa para o Desenvolvimento Internacional (IRDC) do Canadá, e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), esse estudo apresenta uma radiografia da juventude da região a partir de dados de 15 mil jovens entre 15 e 24 anos, moradores de áreas urbanas de nove países: Brasil, Chile, Colômbia, El Salvador, Haiti, México, Paraguai, Peru e Uruguai.



A seguir a Figura 7 mostra a decomposição da variação da taxa de desemprego para indivíduos localizados em área urbana ou rural.

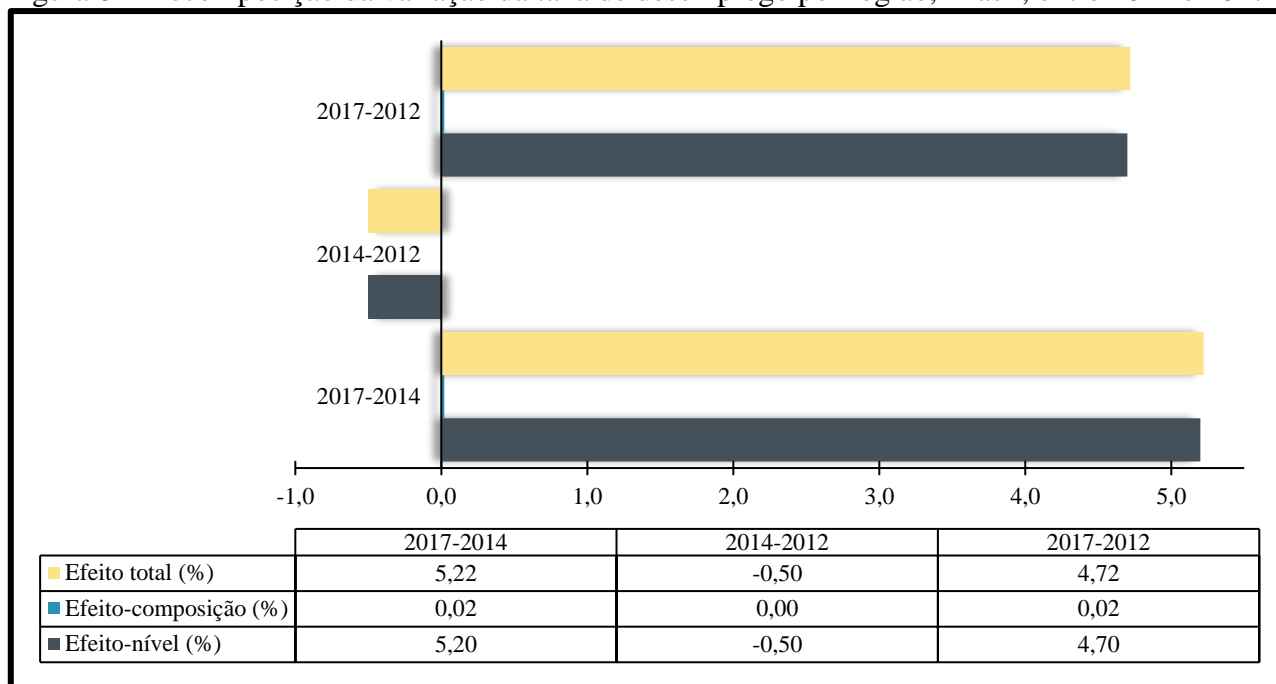
Figura 7 – Decomposição da variação da taxa de desemprego por área, Brasil, entre 2012 e 2017



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD Contínua (IBGE, 2018).

A Figura 7 retrata dois períodos distintos dentro desse grupo, por mais que a magnitude dos efeitos seja pequena. Até meados de 2014, houve acréscimo da participação da população rural dentro da PEA, contribuindo para que o efeito composição fosse negativo, uma vez que tal grupo tem taxa de desemprego inferior ao grupo urbano. Por outro lado, há certa mudança do perfil dessa participação daí em diante, com redução da participação da população rural e consequente aumento dessa para a comunidade urbana, que apresenta taxa de desocupação superior. Assim, nota-se certo êxodo rural (em baixíssima escala), provavelmente incentivado pela busca de melhores oportunidades em centros urbanos, o que pode ter contribuído para que a concentração do desemprego tenha ocorrido majoritariamente nessas áreas. Hettwer (2018) salienta que há um processo de expulsão das pessoas do campo para áreas urbanas, em virtude da baixa empregabilidade, motivada pela capitalização desse espaço, com monocultura de commodities em grandes propriedades rurais. Por sua vez, Marinheski (2018) relaciona o êxodo rural aos jovens, dado que esses estão à procura de maiores retornos financeiros em grandes cidades do Brasil. A isso, soma-se o fato de a redução do crédito ao pequeno produtor dificultar a sua produção e, assim, não viabilizar a sobrevivência das famílias no campo. Por fim, a Figura 8 exibe a decomposição da variação da taxa de desemprego por região, metropolitana ou não.

Figura 8 – Decomposição da variação da taxa de desemprego por região, Brasil, entre 2012 e 2017



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD Contínua (IBGE, 2018).

Os resultados apontados na Figura 8 indicam pequena migração de trabalhadores das RNMs para as RMs, a partir de 2014, seguindo a tendência demonstrada no efeito composição das áreas urbana/rural. A ida para grandes centros urbanos se intensificou, denotando uma busca por locais cuja oportunidades de trabalho são maiores, como é o caso das regiões metropolitanas.

Em geral, observa-se que o efeito composição contribuiu, mesmo que em baixa magnitude, para o avanço da taxa de desemprego dos grupos, sinalizando maior inserção de indivíduos cuja oportunidades estão aquém das apresentadas por outros, uma vez que se mostram viesadas à grupos específicos. Ou seja, apesar do perfil de recessão, com a deterioração das condições no mercado de trabalho, vê-se um movimento em prol da maior representatividade nesse mercado, com as mulheres e a população preta participando em maior escala, atestando assim a busca por condições mais igualitárias dentro da sociedade como um todo.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo avalia a evolução recente do desemprego, a partir da decomposição da taxa de desocupação, com ênfase aos atributos sociodemográficos e regionais, entre os anos de 2012 e 2017. Especificamente, buscou-se identificar os grupos sociodemográficos mais vulneráveis ao desemprego, conforme características selecionadas e regiões de residência; e analisar os fatores de maior influência sobre as oscilações de desemprego, ao longo do período, por meio da decomposição do desemprego nos componentes participação e nível.

Ressalta-se que, apesar da melhora nas condições de emprego observadas até meados de 2014, a piora do mercado de trabalho brasileiro se mostrou muito intensa, desde 2015, pior ano até então da crise nacional, sendo essa prejudicial a todos os grupos componentes da população economicamente ativa (PEA) estudados. Ademais, respaldando a discussão da teoria econômica, o efeito causado pelo aumento do desemprego não se apresentou semelhante, segundo as características dos indivíduos, haja vista que esse se manifestou mais acentuado sobre as mulheres, pretos e pardos, jovens e pessoas com escolaridade mediana, além daqueles não residentes em regiões metropolitanas, mas são da área urbana. Diante desses resultados, é possível comprovar que a hipótese levantada para esse estudo é confirmada, considerando o impacto desigual do desemprego, de modo a afetar mais significativamente uma parte da população, que tende a revelar maior probabilidade de estar fora do mercado de trabalho.

Diante dos efeitos estudados, é notável como o efeito composição pouco afetou o comportamento da taxa de desemprego, se comparado ao efeito nível. Esse indicador é mais relevante se observada a faixa etária, quando explica pouco mais de 11% da variação. Entretanto, é válido ressaltar que esse efeito demonstra maior participação no mercado de trabalho por parte de grupos à margem da sociedade, como revelam os vieses de gênero e cor. Por mais que a entrada desses represente aumento da taxa de desemprego geral, tal movimento se mostra de suma importância no que diz respeito à inserção dessa população que, até hoje, luta constantemente por condições de vida menos precárias, representatividade no âmbito social e político da sociedade, direitos igualitários face a outras classes e aos poucos vem conquistando o espaço que lhes é devido.

O efeito mais significativo, nesse estudo, é o efeito nível, o qual representou 90% das variações, em média, dos efeitos sobre os grupos, ou seja, representa diretamente a deterioração das condições de emprego ocorridas no período analisado, principalmente, quando se leva em conta o período com início em meados de 2014 e término em 2017. O cenário de forte recessão ocorrido no biênio 2015-2016 contribuiu fortemente para essa grande piora, uma vez que o mercado de trabalho brasileiro não só parou de crescer, como inverteu sua trajetória e passou a encolher, gerando demissões em massa e encerrando oportunidades de novas contratações. A atividade como um todo reduziu-se, desse modo, é possível notar quão distinto foi o mercado de trabalho brasileiro em pouco menos de uma década, com um período de emprego abundante, num cenário econômico aquecido e presença de desemprego majoritariamente friccional. Em sentido oposto, houve acentuada escassez de demanda por mão de obra num segundo momento, sendo esse segundo muito mais forte do que o primeiro, podendo ser entendido, inclusive, como uma nova década perdida.

Em suma, conclui-se que o mercado de trabalho brasileiro ainda é caracterizado pela desigualdade, e essas tenderam a acentuar-se nos últimos anos. Uma vez que ele é assim, os efeitos adversos contribuem diretamente com a piora das condições de vida da população, por conta da dependência que os indivíduos têm quanto ao emprego e, em períodos de recessão, a piora se torna ainda mais significativa. No entanto, é válido frisar o movimento de inserção no mercado de trabalho por parte dos grupos mais afetados com a desocupação, o que representa um ganho para a sociedade, a fim de proporcionar condições mais igualitárias ao longo do tempo.

Como limitação da pesquisa, está no método empregado à essa, uma vez que se baseia num estudo descritivo exploratório, ou seja, não há complementariedade de abordagens de previsão, por exemplo, a análise de regressão estatística. Do ponto de vista de investigações futuras, sugere-se ampliar essa discussão a partir desses métodos de previsão. Ademais, seria relevante ampliar o tempo amostral, uma vez que a PNAD Contínua ainda está em seus primeiros anos, para que fosse possível avaliar as tendências temporais e os efeitos ligados à crise ainda evidente, bem como considerar o impacto da Reforma Trabalhista aprovada em 2017 e outras políticas econômicas implementadas no horizonte temporal.

## REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **Atas do COPOM: 221ª reunião - Março 2019**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/publicacoes/atascopom>>. Acesso em: 11 mai. 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **Focus - Relatório de Mercado - 03/05/2019 - Maio 2019**. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/publicacoes/focus>>. Acesso em: 11 mai. 2019.

BANERJEE, A. et al. Why Has Unemployment Risen in the New South Africa? **Working Paper 13167**, Columbia University Press, v. 16, p. 715-740, jun. 2007.

BARBOSA-FILHO, F H; PESSÔA, S A. Uma análise da redução da taxa de desemprego. **Rede de Economia Aplicada (REAP)**, Rio de Janeiro, n. 28, mar. 1999. Disponível em: <<http://reap.org.br/wp-content/uploads/2012/03/028-Uma-Análise-da-Redução-da-Taxa-de-Desemprego.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2018.

BARROS, R P; CAMARGO, J M; MENDONÇA, R. **A estrutura do desemprego no brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 1997. 31 p.

BARROS, R. P.; CÓSSIO, M. B.; TELES, J. L. A eficácia das políticas de trabalho e renda no combate à pobreza. In: Velloso, J. P. R e Albuquerque R. C. (Coord.). **Soluções para a questão do emprego**. Rio de Janeiro, José Olympio LTDA., 2001, p. 59-125.

BASTOS, R. L. A. Desemprego metropolitano no Brasil: 1999-2007. **Análise Econômica**, Rio Grande do Sul, v. 32, n. 61, p. 125-151, mar./mar. 2014. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/view/16743>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

BORGES, A. Impactos do desemprego e da precarização sobre famílias metropolitanas. **Rev. Bras. Estud. Popul.**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 205-222, dez. 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-30982006000200002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982006000200002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 22 jan. 2019.

BORJAS, G. J. **Economia do trabalho**. 5 ed. Porto Alegre: AMGH, 2012. 613 p.

CAMPBELL, C. M.; DUCA, J.V. **The Impact of Evolving Labor Practices and Demographics on U.S. Inflation and Unemployment**. Federal Reserve Bank of Dallas Working Paper 0702, 2007.

COSTA, D. P. C. **Uma análise descritiva do índice de desemprego no Brasil**. Dissertação (Mestrado Profissional em Finanças e Economia) - Escola de Economia de São Paulo, FGV - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2015.

CUNHA, D. A.; ARAÚJO, A. A; LIMA, J E. Determinantes do desemprego e inatividade de jovens no Brasil metropolitano. **Revista de Economia e Agronegócio (REA)**, Viçosa, v. 9, n. 3, p. 369-392, jun. 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufv.br/ojs/rea/article/view/7515>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

CUNHA, J. M. P; JAKOB, A. A. E. Segregação socioespacial e inserção no mercado de trabalho na Região Metropolitana de Campinas. **Rev. bras. estud. popul.**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 115-139, jun. 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-30982010000100008&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-30982010000100008&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 12 mai. 2019.

FLORI, P. M. **Desemprego de jovens: um estudo sobre a dinâmica do mercado de trabalho juvenil brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Teoria Econômica) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, USP – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

HETTWER, H. R. IMPACTOS DOS ARRANJOS PRODUTIVOS NEOLIBERAIS EXÓGENOS NO ESPAÇO GEOGRÁFICO DE CACHOEIRA DO SUL. **Anais do Seminário de Estudos Urbanos e Regionais**, Pelotas, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/seur/article/view/14225/8837>>. Acesso em: 11 mai. 2019.

HIPPLE, S. Worker Displacement in an Expanding Economy. **Monthly Labor Review**, December 1997, pp. 25-39.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – Contínua. Características gerais dos domicílios e dos moradores 2017**. Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101566\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101566_informativo.pdf)>. Acesso em: 22 jan.

2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – Contínua.** Disponível em <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad\\_continua/](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua/)>. Acesso em: 10 mai. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – Contínua. **Microdados da PNAD.** Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad\\_continua/](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua/)>. Acesso em: 16 jun. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Sistema de Contas Nacionais Trimestrais - SCNT.** Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 09 mai. 2019.

MARINHESKI, V. Questões teóricas e conceituais do Território e da Questão Agrária, uma abordagem geral do município de Cruz Machado–PR. **Revista Espacios**, Caracas, v. 39, n. 39, 2018.

MARTIGNONI, E. M; CARVANO, L. M; JANNUZZI, P. M. Força de trabalho e desemprego na Região Metropolitana do Rio de Janeiro nos anos 1990: o efeito dos fatores demográficos. **Rev. bras. estud. popul.**, São Paulo, v. 23, n. 2, jul./dez. 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-30982006000200006&lang=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982006000200006&lang=pt)>. Acesso em: 12 mai. 2019.

MATTEI, L. Emprego e desemprego em tempos de crise econômica e de reforma trabalhista. **Revista NECAT**, Florianópolis, v. 7, n. 13, p. 3-10, jan./jun. 2018.

MENDONÇA, M. J. Diagnóstico das causas da crise econômica no Brasil e retomada do crescimento econômico. **RRCF**, Fortaleza, v. 9, n. 2, jul./dez. 2018.

NOVELLA, R. et al (ed.). **Millennials en América Latina y el Caribe: ¿trabajar o estudiar?**. 2018. Disponível em: <<https://publications.iadb.org/en/publication/millennials-en-america-latina-y-el-caribe-trabajar-o-estudiar>>. Acesso em: 11 mai. 2019.

OLIVEIRA, P R; SCORZAFAVE, L G; PAZELLO, E T. Desemprego e inatividade nas metrópoles brasileiras: as diferenças entre homens e mulheres. **Nova Econ.**, Belo Horizonte, v. 19, n. 2, p. 291-324, ago. 2. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-63512009000200004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512009000200004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 22 jan. 2019.

PAULO, E. M; TABOSA, F. J. S. Rural and urban employment patterns in Brazil: a dynamic panel data approach. **Interações (Campo Grande)**, Campo Grande, v. 19, n. 4, p. 889-903, dez. 2018. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1518-70122018000400889&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122018000400889&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 12 mai. 2019.

PEREIRA, G. G.; MAIA, K.; GOMES, M. R. **A composição do desemprego no Brasil de 2012 a 2016/2017: uma abordagem regional.** In: XXI Encontro de Economia da Região Sul, 2018, Curitiba. Encontro da ANPEC Sul - 2018, 2018.

POCHMANN, M. DESEMPENHO ECONÔMICO CONJUNTURAL E A SITUAÇÃO RECENTE DO TRABALHO NO BRASIL. **Revista NECAT – Revista do Núcleo de Estudos de Economia**

**Catarinense**, v. 7, n. 13, p. 11-27, 2018.

POCHMANN, M. Política de ajuste econômico e desemprego no Brasil metropolitano nos últimos 35 anos, p. 11-26. In: MACAIMBRA, J.; ARAÚJO, T. P.; LIMA, R. A. (Org.). **Mercado de Trabalho: Qualificação, Emprego e Políticas Sociais**. Fortaleza: IDT, 2016.

PRONI, M. **Teorias do desemprego: um guia de estudo**. Campinas: IE/Unicamp, 2015.

SAMPAIO, A V. Estrutura do mercado de trabalho metropolitano na região sul do Brasil, em 1995 e em 2005. **Nova Econ.**, Belo Horizonte, v. 22, n. 1, p. 85-115, abr. 2. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-63512012000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512012000100003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 22 Jan. 2019.

SHIMER, R. Reassessing the Ins and Outs of Unemployment. **Review of Economic Dynamics, Elsevier for the Society for Economic Dynamics**, [S.L], v. 15, p. 127-148, set. 2007.

SICSÚ, J. Brasil: é uma depressão, não foi apenas uma recessão. **Rev. Econ. Contem.**, v. 23, n. 1, 2018.

SIMÕES, P. H. C.; ALVES, J E D; SILVA, P L N. Transformações e tendências do mercado de trabalho no Brasil entre 2001 e 2015: paradoxo do baixo desemprego? **Revista Brasileira de Estudos de População (Rebep)**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 3, p. 541-566, set./dez. 2016.